

## PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

| INSTITUIÇÃO DE ENSINO |                                                                |
|-----------------------|----------------------------------------------------------------|
| INTITUIÇÃO DE ENSINO  | Unieducar                                                      |
| CREDENCIAMENTO        | Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional |
| MANTENEDORA           | Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26   |
| REGISTRO MEC SISTEC   | 43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021                   |
| REGISTRO SICAF – PJ   | 170038                                                         |
| REGISTRO ABED         | 5.139 – Categoria Institucional                                |
| REGISTRO CFA/CRA      | PJ – 3457 – CE                                                 |

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão Universitária / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

**METODOLOGIA:** O conteúdo dos cursos de Extensão Universitária pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO:** O programa de Extensão Universitária / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

| ATIVIDADES/HORÁRIOS                                               | 08h-09h | 09h-10h | 10h-11h | 11h-12h | 12h-14h   | 14h-15h | 15h-16h | 16h-17h | 17h-18h  |
|-------------------------------------------------------------------|---------|---------|---------|---------|-----------|---------|---------|---------|----------|
| Videoaulas Audioaulas                                             |         |         |         |         | INTERVALO |         |         |         |          |
| E-books Audiobooks                                                |         |         |         |         | INTERVALO |         |         |         |          |
| Atividades/Interação                                              |         |         |         |         | INTERVALO |         |         |         |          |
| Suporte c/Tutoria                                                 |         |         |         |         | INTERVALO |         |         |         |          |
| TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES |         |         |         |         |           |         |         |         | 8 (OITO) |

**SINCRONICIDADE:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

**TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

**AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO:** Nos programas de Extensão Universitária / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da

capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. **TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING:** Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. **MATERIAIS DIDÁTICOS:** Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão Universitária / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. **INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. **SOBRE A**

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO:** A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

## **ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES**

**TÍTULO DO PROGRAMA:** LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados – Aplicações e Boas Práticas

**CARGA HORÁRIA:** 200 horas

**PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO:** 25 dias.

**PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO:** 90 dias.

**OBJETIVOS GERAIS:**

## **Implemente a Conformidade da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados – e Aplique as Melhores Práticas recomendadas.**

A adequação à Lei nº 13.709/2018 não é apenas uma obrigação legal, mas um pilar de governança e confiança digital. Este programa oferece uma formação estratégica sobre o tratamento de dados pessoais, abrangendo desde os fundamentos constitucionais até as normas de fiscalização da ANPD.

## **Fundamentos, Princípios e Atuação da ANPD**

Este programa capacita profissionais a dominarem as bases legais da LGPD, princípios de Privacy by Design e a estrutura da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. O conteúdo detalha as resoluções essenciais de dosimetria e sanções e comunicação de incidentes, garantindo que sua organização esteja pronta para auditorias e fiscalizações.

## **Governança no Setor Público e Direitos do Titular**

O curso oferece um módulo exclusivo sobre a aplicação da LGPD no Poder Público, abordando o papel do Encarregado de Dados

(DPO) e a elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD). Você aprenderá a gerir os direitos dos titulares — como portabilidade, acesso e revogação de consentimento — com foco em transparência e accountability.

## Segurança da Informação, Compliance e Aspectos Penais

A formação integra as normas com a legislação penal, incluindo a Lei Carolina Dieckmann e o Decreto nº 11.753/2023 (Convenção de Budapeste). Aprenda a estruturar planos de resposta a incidentes e a mitigar riscos de fraudes eletrônicas, consolidando uma cultura de ética digital e conformidade.

## Certificação Válida para Licença Capacitação (Lei 8.112/90)

Ideal para servidores e profissionais de Compliance, o certificado da Unieducar possui validade nacional e assinatura eletrônica verificável. Ele cumpre integralmente os requisitos para Licença Capacitação e progressão funcional, servindo como prova de especialização técnica em proteção de dados.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

**DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO:** O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, conseqüentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### FUNDAMENTOS DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Conceito e Evolução dos Direitos Fundamentais; Autodeterminação Informativa e Direito à Privacidade; Fundamentos da LGPD e suas Bases Constitucionais; Desenvolvimento Econômico e Tecnológico e a Inovação; Livre Iniciativa, Livre Concorrência e Defesa do Consumidor; Direitos Humanos, Dignidade e Cidadania Digital; Relação entre Privacidade, Democracia e Responsabilidade Social;

#### PRINCÍPIOS E APLICAÇÃO DA LGPD

Finalidade e Limitação do Tratamento de Dados; Adequação e Necessidade; Livre Acesso e Transparência; Qualidade dos Dados e Atualização das Informações; Segurança e Prevenção; Responsabilidade e Prestação de Contas; Proibição de Discriminação; Boa-fé e Práticas de Privacy by Design e Privacy by Default; Governança Corporativa e Ética Digital;

#### AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

Criação e Natureza Jurídica da ANPD; Estrutura Administrativa e Autonomia Institucional; Competências e Atribuições da ANPD; Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade; Principais Resoluções e Guias da ANPD; Resolução CD/ANPD lei número 2/2022 – Agentes de pequeno porte; Resolução CD/ANPD lei número 4/2023 – Dosimetria e Sanções; Resolução CD/ANPD lei número 5/2024 – Comunicação de Incidentes; Resolução CD/ANPD lei número 11/2024 – Transferência Internacional de Dados; Guias e Boas Práticas em Governança e Segurança da Informação;

#### TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Definição e Abrangência do Tratamento; Bases Legais da LGPD; Consentimento e Hipóteses de Dispensa; Cumprimento de Obrigação Legal e Execução de Contratos; Interesses Legítimos e Proteção do Crédito; Anonimização e Pseudonimização; Políticas de Retenção e Descarte de Dados; Dados Sensíveis, de Crianças e Adolescentes; Responsabilidade Civil e Penal pelo Uso Indevido

de Dados; Obrigações do Controlador e do Operador;}

#### **TRATAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO**

Princípios Aplicáveis à Administração Pública; Agentes de Tratamento e Deveres de Transparência; Encarregado de Dados (DPO) e Canais de Comunicação; Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD); Programas de Governança em Privacidade no Setor Público; Responsabilidade Solidária entre Entes Públicos e Parceiros Privados; Critérios de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas; Equilíbrio entre Interesse Público e Direitos Individuais;

#### **DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS**

Confirmação e Acesso aos Dados; Correção, Anonimização e Eliminação; Portabilidade e Interoperabilidade; Revogação do Consentimento; Informação sobre Compartilhamento de Dados; Direito à Revisão de Decisões Automatizadas; Prazos e Procedimentos Definidos pela ANPD; Tratamento de Dados de Menores; Transparência e Canais de Atendimento; Sanções Aplicáveis ao Descumprimento dos Direitos dos Titulares;

#### **SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E BOAS PRÁTICAS**

Segurança e Sigilo de Dados; Medidas Técnicas e Administrativas de Proteção; Comunicação de Incidentes e Prazos de Notificação; Resolução CD/ANPD lei número 5/2024 e Formulários Eletrônicos; Planos de Resposta a Incidentes e Contingência; Políticas de Segurança e Privacidade; Auditorias, Logs e Rastreabilidade; Certificações e Padrões Internacionais (ISO/IEC 27001:2022 e ISO/IEC 27701:2021); Cultura Organizacional e Ética Digital;

#### **GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE E COMPLIANCE DIGITAL**

Programas Estruturados de Governança; Políticas Internas e Procedimentos de Conformidade; Treinamento de Colaboradores e Capacitação Contínua; Relatórios de Impacto à Proteção de Dados (RIPD); Monitoramento e Auditorias Internas; Indicadores de Maturidade e Accountability; Integração com Boas Práticas ESG; Responsabilidade Social e Transparência Institucional;

#### **ASPECTOS PENAIS E RESPONSABILIZAÇÃO**

Crimes Cibernéticos e Legislação Penal Aplicável; lei número 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckmann); lei número 14.155/2021 e as Alterações no Código Penal; Fraude Eletrônica, Estelionato Digital e Invasão de Dispositivos Informáticos; Interceptação de Dados e Sigilo das Comunicações (lei número 9.296/1996); Responsabilidade Penal de Agentes Públicos e Privados; Cooperação Internacional e Convenção de Budapeste sobre o Cibercrime (Decreto lei número 11.753/2023); Integração entre LGPD, Marco Civil da Internet e Código Penal;

#### **A PROTEÇÃO DE DADOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL**

Emenda Constitucional lei número 115/2022 e o Artigo 5º, Inciso LXXIX da Constituição Federal; Proteção de Dados como Cláusula Pétreia; Competência Privativa da União para Legislar sobre o Tema; Repercussões Constitucionais e Institucionais; Decisões do STF (ADIs 6387 a 6393 e RE 1304235 – Tema 1238); Deveres do Estado e da Sociedade na Proteção da Privacidade; Impacto na Governança Pública e na Confiança Digital; Adesão do Brasil à Convenção de Budapeste e à Cooperação Internacional em Segurança Digital;

#### **FISCALIZAÇÃO, SANÇÕES E CONFORMIDADE**

Processo Administrativo Sancionador; Critérios de Dosimetria e Proporcionalidade; Advertências, Multas e Publicização das Infrações; Suspensão e Proibição de Atividades de Tratamento; Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e Destinação de Multas; Conciliação Direta entre Controlador e Titular; Fiscalização Orientativa e Medidas Corretivas; Responsabilidade Institucional e Funcional;

#### **TENDÊNCIAS E DESAFIOS NA APLICAÇÃO DA LGPD**

Transformação Digital e Governança de Dados; Ética e Inteligência Artificial; Cooperação entre Setor Público e Privado; Educação Digital e Cultura de Privacidade; Desafios de Interoperabilidade e Portabilidade de Dados; Sustentabilidade e Inovação Tecnológica; LGPD como Instrumento de Competitividade, Cidadania e Confiança Digital no Brasil;

#### **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROTEÇÃO DE DADOS**

Fundamentos da IA e o Impacto na Privacidade; Tratamento de Dados Pessoais em Modelos de Linguagem de Larga Escala (LLM); Transparência Algorítmica e Direito à Explicação; Decisões Automatizadas e o Artigo 20 da LGPD; Governança de IA e Gerenciamento de Riscos; Privacidade por Design aplicada a Sistemas de Inteligência Artificial;

#### **ESTUDOS DE CASO E APLICAÇÃO PRÁTICA**

Análise de Vazamentos de Dados Reais e Respostas Institucionais; Casos de Sanções Aplicadas pela ANPD e Dosimetria da Pena; Implementação de Programas de Governança em Startups vs. Grandes Corporações; Desafios da LGPD no Setor Público (Casos de Tribunais e Prefeituras); Simulação de Elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD);

#### **REVISÃO, FIXAÇÃO E EXERCÍCIOS COMENTADOS**

Bateria de Exercícios Objetivos sobre Ciclo de Vida dos Dados; Questões Dissertativas sobre Bases Legais e Legítimo Interesse; Simulado sobre Procedimentos em Caso de Incidentes de Segurança; Resolução Comentada de Casos Práticos com Fundamentação nas Resoluções da ANPD e Jurisprudência do STF.